O PENSAMENTO ABOLICIONISTA

Vinicius Barros Leal

O fato, o acontecimento, o efeito de uma ação é a matéria-prima do trabalho do historiador. A História é feita pelo desenrolar das ocorrências, pela atuação da atividade humana sobre as coisas e o resultado desse movimento sobre o próprio homem. Nas atividades política, intelectual, bélica, religiosa, científica e literária podemos influir no comportamento da coletividade em todos os níveis de repercussão dessa influência. A qualidade e a intensidade da resposta a uma determinada ação estão na razão direta da força e do esforço que a realizou, e da energia potencial do agente. A conseqüência é tanto mais significativa quanto maior o alcance do processo. Este limite é determinado pela expressão real do sucesso, quer no que tange à intensidade e influência do acontecimento, quer ao seu significado para uma determinada população ou classe social. De qualquer maneira, os fatos são de máxima importância para o historiador, e deles deverão tirar estes o maior proveito possível.

Mas, uma História feita unicamente de fatos, isto é, constituída da simples narração, descritiva e apenas relatada, deixa de ser História para tornar-se crônica elementar, interessante, por certo, mas destituída de maior valor pela falta da interpretação desses acontecimentos e, sobretudo, pela ausência de uma explicação do que foi feito e a sua correlação com o que aconteceu e o que vai acontecer.

A crônica é uma história sem alma, sem o juízo crítico que revela a intenção de quem provocou o fato, o sentido mais remoto do sucesso. Porém, nem por isso deixa de ter interesse para o historiador. A crônica é necessária e imprescindível a quem se compromete com a narração metódica e interpretativa.

Muitos gostam dos fatos por eles mesmos, cultuam a exposição oral ou escrita; o historiador vai, porém, na Filosofia, encontrar as fronteiras de suas especulações, procurando livremente solvências para o desvendamento dos problemas e desassossegos do mundo.

Insisto em afirmar que o narrador também tem o seu mérito e não pode ser desprezado, pois concorre com os elementos factuais e conjunturais, sobre os quais o historiador passa a aplicar as suas faculdades de reflexão no averiguar minucioso das circunstâncias que os geraram.

Toynbee disse, em "Experiences", que herdou de sua mãe aquela disposição de espírito para o gosto pelas situações nascidas das circunstâncias. Ele, no entanto, evoluiu para a sistematização estrutural, para o verdadeiro sentido da História, tirando partido do conhecimento conjuntural. Nesse pont ele se declara fascinado pelo que conseguiu arrancar da simples informação superficial de determinados acontecimentos. São palavras suas, referindo-se a este prazer estético: "Gosto deles (dos fatos) como indícios de alguma coisa situada além deles, como indícios da natureza e significação do misterioso universo no qual todo o ser humano desperta para a consciência". (Oxford, 1969, p. 104)

Estas considerações faço-as aqui para abordar um assunto de grande atualidade e interesse para a intelectualidade cearense. Dentro de dois anos teremos a oportunidade de comemorar o centenário da Abolição no Ceará, um dos acontecimentos mais insólitos da nossa História, em vista do extraordinário e inopinado de que se revestiu. Seria o Ceará o campo propício para semelhante fato? Por que isto? Quais as con-

dições aqui reunidas para que a nossa Província liderasse tal movimento? Respondam os sociólogos, os que se emaranham nos estudos do comportamento das comunidades, das relações e coexistência de povos e raças. Os historiadores também têm aqui a oportunidade de examinar e bem analisar as normas, as Leis e valores das Instituições, a evolução delas e opinar sinceramente sobre as transformações que propiciaram essas mudanças.

Estudemos, pois, a Abolição no Ceará, neste trabalho abreviado, chamando a atenção para a necessidade do conhecimento das modificações sofridas nas estruturas e que marcharam durante séculos até atingir o fato colimado.

E é aqui que importa valorizar todas as etapas do estudo desse fato histórico, desde aqueles que se preocuparam apenas em relatar, até os que, como Toynbee, derem preferência à explicação mais profunda do fenômeno de que queriam conhecer as raízes.

Então voltemos ao movimento abolicionista no Ceará, esse vendaval de paixão libertadora que empolgou a Província e culminou com a rutura do último grilhão que prendia o corpo e a vontade do negro cearense.

O processo da emancipação teve, nos vinte últimos anos anteriores ao seu desenlace, a evolução natural de semelhantes sucessos. A agitação febricitante dos comprometidos foi desencadeando novas atividades, e por fim tornou-se irresistível, arrastando de roldão as vontades mais contraditórias, muitas dessas pessoas enleadas aderindo à causa por simples efeito da exaltação coletiva momentânea.

Esta verdadeira alucinação, onde e quando o movimento emancipador tomou ares de folia coletiva, nunca antes nem depois houve acontecimento que se lhe assemelhasse. Jamais o Ceará presenciou tamanho arrebatamento. A idéia abolicionista empolgou todas as gentes, atraiu e absorveu todas as vontades, ocupou todas as horas dos nossos conterrâneos, que não pensavam noutra coisa, esquecendo seca, miséria e peste.

O cearense da época aprendeu a utilizar infinitos ardís e cavilações para aproveitá-los no desiderato que enchia a sua mente e que era a única e unânime aspiração de quantos se emaranharam na epopéia redencionista.

Para espíritos muito esclarecidos, como o de João Brígido, a emulação não atingiu, apesar da sua conhecida reputação de adepto da causa dos negros. Outros, que com o jornalista se entendiam e que não eram da "Libertadora", eram da libertação.

A crônica da Abolição é bem conhecida; a história da seqüência dos acontecimentos que a gerou é que tem sido relegada. É uma história longa, de séculos, em que se nota o predomínio, ora de fatores cíclicos, ora da racionalidade dos pensamentos que pretendem governar o mundo. Muitas vezes, sob a influência do transcendente, quer seja este a entidade espiritual suprema ou mesmo o simples valor espiritual humano. Aí, só a perspicácia e a orientação histórico-filosófica do estudioso verificará a influência formadora do processo conforme Vico, Hegel ou Max Weber.

Como Toynbee, no entanto, é que devemos seguir a trajetória desse movimento que no Ceará terminou no dia 25 de março de 1884. Vamos ver, no sentido objetivo, o processo da mudança e no subjetivo, o porque da situação que se transformou.

Deixando de lado o provincianismo passemos às constatações mais largas, aos horizontes ainda alcançáveis das fronteiras do tempo e do espaço.

A intensificação do comércio mediterrâneo determinou um crescimento cada vez maior dos lucros e uma demanda de mão-de-obra aumentada na mesma proporção da capacidade de atendimento aos reclamos da crescente clientela. Foi a fase inicial do capitalismo comercial financeiro, ponto de partida de uma revolução econômica no mundo ocidental que ainda não teve estancamento. Daí evoluindo para o capitalismo industrial, no século XVIII, a Inglaterra e a Holanda firmaram-

se como principais centros comerciais e banqueiros. Estes dois países transformaram o mundo, dominando-o com imensas operações transoceânicas, acumulando lucros e experiências. A mecanização foi um fenômeno conseqüente, dada a impossibilidade do trabalho manual atender à demanda. Esta fase foi responsável por todas as transformações advindas, especialmente as que atingiram ao trabalhador, a grande massa de indivíduos que antes tinha no artesanato a fonte de sobrevivência.

Não se pode deixar de valorizar a causa econômica como diretamente responsável pela transformação da atividade do homem nesse sentido, e as conseqüentes inspirações nos entusiasmos cívicos e patrióticos.

O recrutamento de mão-de-obra para o atendimento à produção atingiu a todas as nações e aquelas anteriormente mais ligadas aos trabalhos do campo foram as que mais sofreram. Estas, incrementadas a produzirem mais matéria-prima e alimentos, foram alvo do interesse dos povos já colocados em padrões mais elevados, que não podiam desviar os seus operários das atividades mais lucrativas. Criou-se o colonialismo. Inglaterra e Holanda tornaram-se nações exploradoras, usando o sistema absenteísta de gerir, de longe, a atividade empresarial nos locais mais apropriados para as culturas de sustentação.

O Brasil, ligado umbilicalmente a Portugal, passou, nessa qualidade de fornecedor de matéria-prima, a ser o grande empório que atendia à mãe pátria e aos seus aliados. A escassa população brasileira impedia um melhor aproveitamento das férteis terras americanas e a solução foi a de importar o braço negro escravo para o eito. Tivemos ainda a sorte de sermos colonizados pelos portugueses porque eles vinham e ficavam, casavam e valorizavam os autóctones, enquanto outros povos que tiveram as suas terras exploradas por ingleses e holandeses não receberam nenhuma dádiva de sangue alienígena e tão

pouco a simples presença de um maior contingente de população de qualificação mais vantajosa.

Talvez por isto mesmo o Brasil conseguiu evoluir e chegar, na opinião de Celso Furtado, a um tipo de economia capitalista na esfera da comercialização, e pré-capitalista na esfera da produção, numa evidente dualidade estrutural. A fase cafeeira da nossa economia foi o caminho do progresso.

Neste ponto da nossa economia, dentro das perspectivas capitalistas do maior lucro possível, foi que o problema da Abolição surgiu, em vista da baixa qualificação da mão-de-obra escrava. Nota-se bem isto pelas manifestações dos deputados nas Assembléias. Pouco-a-pouco eles vão se tornando menos agressivos nos apartes e manifestações dos colegas que se declaram anti-escravistas.

Em 1850, diante da pioneira apresentação do projeto de Pedro Pereira, a reação dos escravistas foi de total insatisfação pela propositura. Atitudes de deseducação, de investidas provocadoras e de irritação descontrolada tiveram palco nas tribunas, procurando eles obstar de qualquer maneira semelhantes tentativas de golpes na Lei. Sustentado pelos áulicos do café e da cana, mantinha-se inalterável o estatuto do negro. Não podiam eles admitir que se tocasse numa instituição que era a própria alma da grandeza da nação. Sem escravos o Brasil não poderia ir para a frente, logo, era um caso de segurança nacional. Aconteceu, porém, que este zelo arrefeceu à medida que o tempo passou e que as conjunturas econômicas se alteraram. Em 1871 já foi possível a aprovação de leis que melhoram bastante a condição do escravo e daí por diante, até 1888, verificando-se a coincidência dessa aceitação com a mudança de pensamento dos barões da cana e do café, no novo conceito de rentabilidade diante da comparação do trabalho servil e o trabalho livre.

Configurava-se a influência econômica, agora também firmada em princípios filosóficos um tanto burgueses. Subrepticiamente essas opiniões eram insinuadas nas Sociedades

que se propunham defender os interesses dos negros. Estas agremiações, na quase totalidade, eram incentivadas por outros estímulos, o da comiseração humana em primeiro lugar.

Assistiam-se cenas deprimentes no relacionamento entre senhores e escravos. Eram chocantes certas atitudes, se bem que haja quem defenda o contrário, que o brasileiro era, sobretudo, movido por verdadeiro sentimento de compaixão e pena pelo escravo. No geral talvez isso acontecesse, mas eram incontáveis as exceções.

Desde a Independência a emancipação teve adeptos e José Bonifácio pensou nela. No "7 de abril" tomou alento, e na Guerra do Paraguai tornou-se idéia digna de melhor estudo. Mas nenhum desses esboços de movimento teve sequência em vista da base unicamente sentimental em que se firmavam.

No Ceará, a influência do fator econômico no deflagrar do movimento emancipador, pode-se localizar no aspecto peculiar da nossa região e esta afirmação já foi delineada por Djacir de Menezes em artigo para a Revista do Instituto (RIC, 1957, p. 134) Acrescentem-se os nefastos efeitos das secas dizimadoras que tanto prejudicavam a pecuária como a este tipo de gado humano, obrigando ao criador e ao senhor desfazerem-se de seus currais e senzalas na busca de um prejuízo menor.

É curioso verificar-se como um processo desencadeado por fatores completamente estranhos pode desfechar na consciência individual ou coletiva atitudes como as que foram exteriorizadas no movimento abolicionista. Mas, é preciso dizer, sem desabonar os méritos dos que lideraram o movimento, que eles foram motivados por idéias e conceitos, que longe de serem humanistícos, tiveram as suas raízes fincadas nos terrenos férteis da proteção de interesses menos altruistas.

Costumo comparar a realização destes fatos ao lançamento de um satélite pela moderna tecnologia espacial. Para

a subida é necessário um foguete de três estágios, e o primeiro ou o terceiro segmentos são tão importantes quanto o segundo. Para o êxito completo da operação todos têm a mesma importância.

Desde que a exploração da mais valia relativa tornou-se obstáculo ao melhor desenvolvimento da produtividade, o sistema capitalista, que tinha encontrado aqui, na escravidão, um ótimo recurso de maior lucro, passou a interessar-se pela utilização da mão-de-obra livre, pelo emigrante, tornando possível o aproveitamento das técnicas mais consentâneas com os fins do sistema.

O interessante é examinar como influiram os grandes interesses econômicos na elaboração do "animus" emancipador. Longe de nós o desejo de, por esta maneira, tentar diminuir ou deslustrar o quanto fizeram os cearenses para limpar o Ceará da mancha escravista. Já foi aqui explicitado o papel dos abolicionistas no processo emancipador quando ficou demonstrada a importância deste final feliz. A epopéia antiescravista tinha que terminar de uma das duas maneiras: mergulhada em sangue, numa revolta inglória, ou como se deu, envolvida na cápsula dourada dos sentimentos da afetividade mais emocional do povo cearense. Bonito movimento, que foi coroado com a total limpeza da nódoa que nos desconsertava.

Junto ao movimento abolicionista caminhou o pensamento republicano, que não deixou de ter um sentido positivo no desenrolar da campanha da emancipação. Aproveitou a condução, ao enlevo do arrebatamento popular. Espiritos liberais e modernistas para a época aderiram à Abolição porque encontraram aí a via mais rápida para a queda da Monarquia. Foi uma ajuda inestimável para a ruína do Império, que contou com o empenho inocente de quantos se enramaram nos sedutores caminhos da Abolição. Pedro II bem compreendeu isto e apelou, esta é a minha convicção, para a emotividade brasileira, passando a pena de ouro emancipa-

dora à mão da filha simpática e feminil, na percepção um tanto utópica da conservação da coroa.

A emotividade comoveu o brasileiro nos últimos vinte anos da escravidão. Movida pelo testemunho do mau-trato ao escravo, talvez nem tanto; induzida pelo sofrimento do negro nas calamidades climáticas e sanitárias, mais provável; suscitada pela religiosidade popular, é evidente. A piedade, a compaixão estiveram presentes no desenrolar da campanha, mas o elemento deflagrador de redentorismo foi mesmo disparado de maior distância.

Djacir de Menezes já chamou a atenção para a qualidade do elemento comprometido, que era uma elite social, não aparecendo o principal interessado, o próprio escravo.

É sintomático o caso de Baturité. Nesta cidade, o interesse de certos cafeicultores, os mais importantes, foi tamanho, que eles estiveram à frente de todas as sociedades redentoras. Estes agricultores já sentiam o problema da menor rentabilidade de sua produção, cuidada por mãos inábeis, enquanto os exemplos trazidos pelos jornais europeus que lá circulavam traziam as melhores notícias dos êxitos do trabalho livre. Com isto, a mercadoria humana perdia o seu valor a cada dia e era preferível optar pela Abolição, que no momento, a par de solver um problema econômico que se avolumava, trazia a consolação do reconhecimento dos que mais emocionalmente se entregavam aos impulsos do coração.

Foi em Baturité que surgiu a primeira sociedade redentora do Ceará, em 1870, exatamente na mesma época em que a cultura do café tomava o seu maior incremento. Estava pois, partindo para a fase capitalista propriamente dita, entrando na esfera da comercialização, cumprindo-se atender às exigências do princípio básico do sistema, o móbil do lucro máximo.

Perdoe-me a memória de quantos deram o melhor de seus esforços pela causa redentora; perdoem-me os que cul-

tuam as virtudes gloriosas dos emancipadores; mas, louvando eu esta sensibilidade que demonstraram para com aquela legião de miseráveis, não posso deixar de reconhecer que a verdade histórica exige que se busque o real, o autêntico no mais profundo de suas raízes. E sendo raíz, é parte inferior; mas que significa a potência mesma, a base de qualquer procedimento.